

**COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E AÇÃO COLETIVA NA CADEIA
PRODUTIVA DE DE HORTALIÇAS: A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA REGIONAL DE
OLERICULTURA DO VALE DO CAÍ (RS)**

**INTERINSTITUTIONAL COOPERATION AND COLLECTIVE ACTION IN THE
VEGETABLE PRODUCTION CHAIN: THE EXPERIENCE OF THE REGIONAL
CHAMBER OF VEGETABLE GROWERS OF VALE DO CAÍ (RS)**

**COOPERACIÓN INTERINSTITUCIONAL Y ACCIÓN COLECTIVA EN LA CADENA
PRODUCTIVA DE HORTALIZAS: LA EXPERIENCIA DE LA CÁMARA REGIONAL DE
PRODUCTORES DE HORTALIZAS DE VALE DO CAÍ (RS)**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n2-087>

Data de submissão: 17/01/2026

Data de publicação: 17/02/2026

Anna Cristina Xavier

Engenheira Agrônoma – Extensionista Rural

Instituição: EMATER/RS-ASCAR

E-mail: axavier@emater.tche.br

Orcid: 0009-0006-9272-6889

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4326407267537271>

Lauro Edilso Bernardi

Mestre em Extensão Rural

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: lebernardi62@yahoo.com

Orcid: 0009-0001-2248-6975

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4840635409114287>

Marcelo Antônio Araldi Brandoli

Mestre em Zootecnia – Extensionista Rural

Instituição: EMATER/RS-ASCAR

E-mail: mbrandoli@emater.tche.br

Orcid: 0009-0003-1726-2613

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8999822220453418>

RESUMO

O artigo analisa a experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí (RS) pode ser compreendida como uma experiência prática de governança territorial temática, com foco nos processos de cooperação interinstitucional e nos avanços observados no setor de hortaliças. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental, na sistematização da experiência acumulada da Câmara e na aplicação de questionário a extensionistas rurais que atuaram na cadeia da olericultura na região. A análise evidencia que a atuação da Câmara foi orientada por escutas estruturadas junto aos agricultores familiares, resultando na definição de agendas e ações demandadas pelo setor produtivo. Entre as principais iniciativas desenvolvidas destacam-se seminários regionais, pesquisas aplicadas em parceria com instituições de ensino, dias de campo, estudos sobre instrumentos de política agrícola, levantamentos de custos de produção, análises sobre a gestão da água para irrigação e estratégias inovadoras de comunicação e orientação técnica. Os

resultados indicam que os avanços no setor de hortaliças se expressam menos em indicadores produtivos imediatos e mais na qualificação dos processos de organização, planejamento e articulação institucional no território. A pesquisa com extensionistas reforça o reconhecimento da Câmara como espaço estratégico de mediação, capaz de articular diferentes elos da cadeia produtiva e ampliar a capacidade de resposta institucional às demandas da agricultura familiar. Conclui-se que a experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí dialoga de forma consistente com princípios associados à governança territorial e ao desenvolvimento territorial sustentável, ao evidenciar o papel da cooperação interinstitucional e da ação coletiva na construção de respostas às demandas do setor produtivo no território.

Palavras-chave: Cooperação Interinstitucional. Agricultura Familiar. Capital Social. Desenvolvimento Territorial. Ação Coletiva.

ABSTRACT

This article analyzes the experience of the Regional Olericulture Chamber of the Vale do Caí (RS), Brazil, understood as a practical case of thematic territorial governance, with emphasis on processes of interinstitutional cooperation and the advances observed in the vegetable production sector. The study adopts a qualitative approach, based on documentary analysis, systematization of the accumulated experience of the Chamber, and the application of a questionnaire to rural extension agents working in the olericulture chain in the region. The analysis shows that the Chamber's actions have been guided by structured listening processes with family farmers, resulting in the definition of agendas and actions aligned with the demands of the productive sector. Among the main initiatives developed are regional seminars, applied research conducted in partnership with higher education institutions, field days, studies on agricultural policy instruments, production cost surveys, analyses of water management for irrigation, and innovative communication and technical guidance strategies. The results indicate that advances in the vegetable sector are expressed less through immediate productive indicators and more through the qualification of organizational processes, planning, and institutional articulation within the territory. The survey with extension agents reinforces the recognition of the Chamber as a strategic mediation space, capable of articulating different actors in the production chain and enhancing the institutional capacity to respond to the demands of family farming. It is concluded that the experience of the Regional Olericulture Chamber of the Vale do Caí is consistent with principles associated with territorial governance and sustainable territorial development, highlighting the role of interinstitutional cooperation and collective action in building responses to the demands of the productive sector at the territorial level.

Keywords: Interinstitutional Cooperation. Family Farming. Social Capital. Territorial Development. Collective Action.

RESUMEN

Este artículo analiza la experiencia de la Cámara Regional de Producción Hortícola del Vale do Caí (RS), que puede entenderse como una experiencia práctica de gobernanza territorial temática, con énfasis en los procesos de cooperación interinstitucional y los avances observados en el sector hortícola. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en el análisis documental, la sistematización de la experiencia acumulada por la Cámara y la aplicación de un cuestionario a agentes de extensión rural que trabajaron en la cadena productiva hortícola de la región. El análisis muestra que las acciones de la Cámara se guiaron por sesiones de escucha estructuradas con agricultores familiares, lo que resultó en la definición de agendas y acciones demandadas por el sector productivo. Entre las principales iniciativas desarrolladas se encuentran seminarios regionales, investigación aplicada en colaboración con instituciones educativas, jornadas de campo, estudios

sobre instrumentos de política agrícola, encuestas de costos de producción, análisis de la gestión del agua para riego y estrategias innovadoras de comunicación y orientación técnica. Los resultados indican que los avances en el sector hortícola se expresan menos en indicadores productivos inmediatos y más en la calificación de los procesos organizativos, de planificación y de articulación institucional en el territorio. La investigación con extensionistas refuerza el reconocimiento de la Cámara como un espacio estratégico de mediación, capaz de articular los diferentes eslabones de la cadena productiva y ampliar la capacidad institucional para responder a las demandas de la agricultura familiar. Se concluye que la experiencia de la Cámara Regional de Producción Hortícola del Valle del Caí se alinea consistentemente con los principios de gobernanza territorial y desarrollo territorial sostenible, destacando el papel de la cooperación interinstitucional y la acción colectiva en la construcción de respuestas a las demandas del sector productivo en el territorio.

Palabras clave: Cooperación Interinstitucional. Agricultura Familiar. Capital Social. Desarrollo Territorial. Acción Colectiva.

1 INTRODUÇÃO

A olericultura corresponde ao segmento da horticultura dedicado à produção de hortaliças, também denominadas olerícolas, compreendendo culturas de ciclo curto destinadas ao consumo humano, geralmente comercializadas *in natura* ou com baixo nível de processamento, como alface, brócolis, pepino, berinjela, tomate, cebola, entre outras (FILGUEIRA, 2013). Embora a horticultura englobe outros ramos produtivos, como a fruticultura e o cultivo de plantas condimentares e medicinais, o termo olericultura é adotado neste artigo por representar de forma mais precisa o recorte empírico analisado, evitando generalizações conceituais que não correspondem ao objeto de estudo.

No Rio Grande do Sul, a olericultura assume relevância econômica e social significativa, especialmente em territórios onde predomina a agricultura familiar. Nesse contexto, o Vale do Caí configura-se como um dos principais polos de produção de hortaliças do estado, reunindo aproximadamente três mil famílias produtoras distribuídas em 19 municípios. A atividade olerícola está fortemente associada à diversificação produtiva, à geração de renda e à segurança alimentar no território, desempenhando papel estratégico na dinâmica socioeconômica regional.

Apesar dessa importância, a olericultura historicamente ocupou posição secundária na agenda institucional, sobretudo quando comparada a cadeias produtivas mais consolidadas. Essa menor priorização refletiu-se na fragmentação das ações de apoio ao setor, na existência de assimetrias de informação entre os diferentes elos da cadeia produtiva e na dificuldade de construção de estratégias coletivas orientadas às demandas dos agricultores familiares.

É nesse cenário que, inspirada nos princípios da governança territorial e da gestão social (Dallabrida, 2015; Cançado et al., 2021), a Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí foi criada, em 2013, como um espaço multissetorial voltado à articulação interinstitucional e à ampliação da escuta das demandas do setor produtivo. A Câmara emerge como uma resposta institucional às especificidades do território, buscando superar a lógica fragmentada de atuação por meio da cooperação entre agricultores familiares e diferentes instituições públicas e privadas.

A Câmara Regional de Olericultura configura-se como um fórum permanente de diálogo, planejamento e coordenação, reunindo representantes de secretarias municipais de agricultura, associações de agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, conselhos municipais, instituições de assistência técnica, instituições de ensino e pesquisa, cooperativas, organizações de crédito rural, entidades de capacitação, centros de abastecimento e empresas ligadas ao fornecimento de insumos, entre outros atores relevantes. Essa composição plural confere legitimidade ao espaço e amplia sua capacidade de articular interesses, construir consensos e promover ações integradas voltadas ao

fortalecimento do setor de hortaliças, cuja base produtiva é hegemonicamente formada por agricultores familiares.

A natureza e as finalidades da Câmara encontram-se formalizadas em seu Regimento Interno, que a define como um fórum voltado à criação de estratégias de ação para o desenvolvimento da olericultura por meio da integração dos diferentes segmentos da cadeia produtiva. Entre suas atribuições estão a identificação de gargalos e potencialidades, a proposição de estudos e soluções inovadoras, o planejamento e acompanhamento de ações coletivas, a promoção de relações institucionais capazes de gerar sinergias entre os atores envolvidos e a interlocução com o poder público na formulação e qualificação de políticas públicas dirigidas ao setor.

Essas características evidenciam que a Câmara Regional de Olericultura não se configura como uma política pública formal nem como uma instância estatal deliberativa, mas como um arranjo interinstitucional de caráter territorial, sustentado pela cooperação entre diferentes atores e pela capacidade de articulação construída no âmbito local. Sua constituição e permanência ao longo do tempo estão associadas ao acúmulo de capital social no território, expresso nas relações de confiança, cooperação e coordenação entre instituições e agricultores familiares.

A análise dessa experiência dialoga com a abordagem do desenvolvimento territorial, que associa os processos de desenvolvimento à valorização do capital social e das instituições locais, deslocando o foco de uma lógica estritamente setorial para uma lógica territorial. Nessa perspectiva, Abramovay (2000) e Veiga (2002) destacam a centralidade das relações de confiança, cooperação e articulação institucional na construção de ambientes inovadores e de estratégias de desenvolvimento baseadas na ação dos atores locais.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí, com ênfase nos processos de cooperação interinstitucional e em seus efeitos sobre as dinâmicas de articulação territorial, bem como sobre os avanços observados na cadeia produtiva de hortaliças. Busca-se compreender de que forma a articulação entre instituições e agricultores familiares contribuiu para a construção de estratégias coletivas e para o fortalecimento do setor produtivo no território, a partir de uma perspectiva territorial e relacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GOVERNANÇA TERRITORIAL, COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL

A abordagem do desenvolvimento territorial tem se consolidado como um marco analítico relevante para a compreensão das dinâmicas contemporâneas do meio rural, ao deslocar o foco de

análises setoriais para a valorização das relações sociais, institucionais e políticas construídas nos territórios. Nessa perspectiva, o desenvolvimento deixa de ser entendido exclusivamente como resultado de investimentos produtivos ou tecnológicos, passando a ser interpretado como um processo relacional, ancorado na capacidade de articulação, cooperação e ação coletiva dos atores locais.

Abramovay (2000) e Veiga (2002) associam a noção de desenvolvimento territorial à de capital social, compreendido como o conjunto de instituições, normas, costumes e relações de confiança e cooperação que orientam comportamentos coletivos e estratégias de desenvolvimento. Para os autores, a existência de ambientes institucionais cooperativos favorece a emergência de iniciativas inovadoras, capazes de articular interesses diversos e de promover respostas mais adequadas às especificidades dos territórios. Essa abordagem implica a superação de uma lógica puramente setorial, privilegiando a análise das ações e estratégias construídas a partir da interação entre atores locais no espaço territorial.

No debate brasileiro, a governança territorial emerge como um conceito central para compreender esses processos. Dallabrida (2015) define governança territorial como o conjunto de mecanismos, arranjos institucionais e práticas sociais que possibilitam a coordenação de ações coletivas em um território, envolvendo atores públicos e privados em torno de objetivos compartilhados. Para o autor, a governança não se confunde com estruturas formais de governo, mas refere-se à capacidade dos territórios de organizarem-se por meio de relações de cooperação, negociação e corresponsabilidade.

Essa compreensão é aprofundada por Cançado, Tavares e Dallabrida (2021), ao articularem os conceitos de governança territorial e gestão social. Os autores destacam que processos de governança territorial efetivos dependem da construção de espaços participativos, da valorização do diálogo interinstitucional e do reconhecimento da pluralidade de interesses presentes nos territórios. Nessa perspectiva, a cooperação interinstitucional assume papel central, não como ausência de conflitos, mas como capacidade de mediação, pactuação e construção de agendas comuns.

A literatura também enfatiza que a ação coletiva constitui um elemento estruturante da governança territorial. Nunes e Freitas (2020), ao analisarem experiências de desenvolvimento rural no território Açú-Mossoró (RN), demonstram que a articulação entre instituições, organizações sociais e produtores possibilita ampliar a legitimidade das decisões e fortalecer a capacidade de resposta dos territórios frente a desafios produtivos, ambientais e sociais. Os autores ressaltam que redes cooperativas e arranjos territoriais contribuem para a circulação de informações, a coordenação de iniciativas e o fortalecimento do capital social local.

Nesse sentido, a cooperação interinstitucional não deve ser compreendida como um fim em si mesmo, mas como um meio para viabilizar avanços concretos nos setores produtivos e na organização territorial. A partir da articulação entre diferentes instituições e atores sociais, torna-se possível alinhar estratégias, compartilhar responsabilidades e construir soluções coletivas orientadas pelas demandas dos agricultores, especialmente em contextos marcados pela predominância da agricultura familiar.

Assim, o referencial teórico adotado neste artigo compreende a governança territorial como um processo relacional e dinâmico, sustentado pela cooperação interinstitucional, pela ação coletiva e pelo capital social construído nos territórios. Essa abordagem oferece subsídios analíticos para interpretar a experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí à luz de princípios associados à governança territorial, evidenciando como a articulação entre instituições e agricultores familiares contribui para avanços no setor produtivo de hortaliças e para a qualificação das estratégias de desenvolvimento territorial.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, cujo objetivo é analisar a experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí a partir dos processos de cooperação interinstitucional e de seus efeitos sobre as dinâmicas de articulação entre atores no território da cadeia produtiva de hortaliças.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de três eixos metodológicos complementares: análise documental, sistematização da experiência acumulada da Câmara Regional de Olericultura e pesquisa com extensionistas rurais.

3.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

O primeiro eixo metodológico consistiu na análise documental de materiais produzidos no âmbito da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí ao longo de sua trajetória. Foram examinados o Regimento Interno da Câmara, memórias e atas de reuniões plenárias e do colegiado gestor, apresentações institucionais, documentos técnicos, estudos temáticos, correspondências institucionais e registros de eventos e encontros regionais.

Esses documentos permitiram caracterizar a natureza, os objetivos, a composição e o funcionamento da Câmara, bem como identificar os principais temas debatidos, os processos de tomada de decisão e as estratégias de articulação interinstitucional construídas no território. A análise documental foi fundamental para compreender a Câmara como um arranjo institucional formalizado, sustentado por regras, instâncias de organização e práticas recorrentes de cooperação.

3.2 SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA ACUMULADA DA CÂMARA

O segundo eixo metodológico baseou-se na sistematização da experiência acumulada da Câmara Regional de Olericultura, considerando sua atuação contínua como espaço de articulação entre agricultores familiares e instituições de apoio. Nesse processo, foram considerados os registros das ações desenvolvidas, os encaminhamentos deliberados em reuniões plenárias e os estudos e pesquisas que subsidiaram a definição das agendas de trabalho da Câmara.

Destaca-se, nesse contexto, a utilização de pesquisas realizadas junto a olericultores da região, voltadas à identificação de demandas, gargalos e potencialidades da produção e da comercialização de hortaliças no Vale do Caí. Essas pesquisas, mencionadas no resumo do artigo, tiveram papel central na orientação das prioridades da Câmara, reforçando o caráter demandado pelas famílias agricultoras e a construção coletiva das estratégias adotadas. A sistematização dessa experiência permitiu compreender como a Câmara operou como espaço de mediação entre demandas do setor produtivo e respostas institucionais articuladas.

3.3 PESQUISA COM EXTENSIONISTAS RURAIS

O terceiro eixo metodológico consistiu na realização de uma pesquisa junto a extensionistas rurais da EMATER/RS, instituição pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) vinculada ao Estado do Rio Grande do Sul, responsável por prestar apoio técnico, organizacional e educativo à agricultura familiar e a outros segmentos do meio rural. A EMATER/RS atua como mediadora entre políticas públicas, instituições e agricultores, desenvolvendo ações voltadas à orientação produtiva, à organização social e ao desenvolvimento rural.

A pesquisa envolveu extensionistas que atuaram em ações vinculadas à Câmara Regional de Olericultura entre os anos de 2015 e 2023, totalizando 14 respondentes com atuação nos 19 municípios que compõem a região do Vale do Caí. O instrumento de pesquisa foi um questionário estruturado, aplicado de forma eletrônica, contendo questões relacionadas à percepção dos respondentes sobre a relevância da Câmara, os processos de cooperação interinstitucional, os avanços observados no setor de hortaliças e os limites e desafios enfrentados.

Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar padrões e convergências nas percepções dos extensionistas, sem pretensão de generalização estatística. A pesquisa com extensionistas foi utilizada como elemento complementar à análise documental e à sistematização da experiência acumulada da Câmara, contribuindo para qualificar a interpretação dos processos de cooperação interinstitucional e articulação territorial analisados neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL, AÇÃO COLETIVA E AVANÇOS NO SETOR DE HORTALIÇAS

A análise dos documentos institucionais, aliada à sistematização da experiência acumulada da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí e aos dados da pesquisa com extensionistas rurais, evidencia que a cooperação interinstitucional constitui o eixo estruturante da atuação desse arranjo territorial. A Câmara consolidou-se como um espaço de articulação no qual diferentes atores passaram a compartilhar informações, construir agendas comuns e coordenar ações voltadas às demandas do setor de hortaliças no território.

Do ponto de vista organizacional, a dinâmica da Câmara combinou reuniões do Comitê Gestor, grupos temáticos, plenárias regionais e eventos de capacitação técnica, conforme previsto em seu Regimento Interno. Durante o período em que esteve sob coordenação da EMATER/RS-Ascar (2018–2023), o Comitê Gestor contou com a participação de representantes da Associação de Hortigranjeiros de Feliz, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Bom Princípio e de São Sebastião do Caí, do SEBRAE/RS, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), das Secretarias Municipais de Agricultura de Feliz e Linha Nova e da Cooperativa Piá. Essa composição plural conferiu legitimidade ao espaço e ampliou sua capacidade de mediação entre interesses institucionais e demandas do setor produtivo.

A EMATER/RS-Ascar integrou o coletivo gestor desde a criação da Câmara, em 2013, exercendo papel central na proposição, articulação institucional e execução das ações voltadas à consolidação desse espaço. A atuação dos extensionistas revelou-se fundamental para a continuidade da Câmara ao longo do tempo, operando como elemento de mediação técnica e organizacional entre agricultores familiares, instituições públicas e demais atores da cadeia produtiva, sem que isso implicasse centralização decisória.

Um aspecto central da experiência analisada refere-se à orientação das ações da Câmara a partir de processos estruturados de escuta junto aos olericultores. A pesquisa realizada em 2016, por meio da aplicação de 80 entrevistas semiestruturadas, constituiu um marco para a definição das prioridades de atuação da Câmara, permitindo identificar gargalos, potencialidades e temas recorrentes da olericultura regional. Essa escuta subsidiou o planejamento das ações e passou a orientar a agenda do colegiado. A atualização desse levantamento, iniciada em 2025 por meio de formulário digital semiestruturado, contou com 128 respondentes de diferentes elos da cadeia produtiva, reforça a centralidade da demanda dos agricultores e a permanência dessa prática na dinâmica de governança da Câmara.

4.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS E ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

As ações desenvolvidas pela Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí materializam de forma concreta os processos de cooperação interinstitucional analisados neste estudo. Entre as principais iniciativas conduzidas no período, destacam-se a realização de três Seminários Regionais de Olericultura, nos anos de 2016, 2019 e 2023, cujos temas centrais foram definidos a partir das demandas apresentadas pelos agricultores familiares, com ampla participação destes nos espaços de debate. Esses seminários consolidaram-se como momentos estratégicos de intercâmbio técnico, construção coletiva de agendas e fortalecimento das redes territoriais vinculadas à olericultura regional.

Destaca-se, ainda, a pesquisa aplicada desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) sobre os limites do manejo da mosca-branca (*Bemisia tabaci*). A realização desse estudo esteve diretamente relacionada aos resultados da pesquisa com olericultores, que identificou a mosca-branca como a principal praga da olericultura no Vale do Caí. A pesquisa conduzida no território permitiu a identificação de parasitoides nativos com potencial para uso futuro como estratégia de controle biológico, apontando possibilidades de redução do uso de agrotóxicos e de transição para sistemas produtivos mais sustentáveis.

Outro conjunto de ações relevantes refere-se à realização de dias de campo sobre Boas Práticas Agrícolas (BPA), organizados a partir de uma demanda específica da Central de Abastecimento de Porto Alegre (Ceasa/RS), que buscava reduzir o número de amostras de hortaliças com resíduos de agrotóxicos em níveis insatisfatórios. A articulação promovida pela Câmara possibilitou ações formativas com ampla participação de agricultores familiares e impacto direto na qualificação dos processos produtivos e redução de níveis insatisfatórios de agrotóxicos nas amostras realizadas na Ceasa/RS.

Além dessas iniciativas, a Câmara promoveu estudos e levantamentos de caráter aplicado voltados a entraves estruturais da atividade. Entre eles, destaca-se o estudo de caso sobre o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro Mais) e suas limitações para a olericultura, uma vez que os sistemas de cultivo e colheita escalonados característicos da produção de hortaliças não se enquadram nas regras operacionais do programa. A partir da articulação da Câmara, foi realizada, em 2019, uma reunião direta com a coordenação nacional do Proagro, no âmbito do governo federal, evidenciando a capacidade do arranjo territorial de mediar demandas do setor produtivo junto a instâncias decisórias externas ao território.

Também se destacam o levantamento regional de custos de produção realizado no contexto pós-enchente, que subsidiou reivindicações por medidas de apoio governamental para a recuperação

das áreas produtivas, e o estudo sobre a captação de água para irrigação no território do Vale do Caí. Nesse último caso, análises técnicas baseadas em interpolações matemáticas indicavam a restrição da irrigação em grande parte do território, inviabilizando a produção de hortaliças. A partir da articulação da Câmara, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o tema foi levado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, resultando na revisão do impedimento inicialmente proposto.

Essas iniciativas evidenciam a capacidade da Câmara Regional de Olericultura de articular diferentes instituições em torno de problemas concretos do setor, integrando dimensões produtivas, econômicas, ambientais e regulatórias em uma perspectiva territorial, orientada pelas demandas dos agricultores familiares.

Um aspecto relevante da atuação da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí refere-se à sua dimensão político-institucional, expressa na busca pela criação de uma Câmara Setorial Temática de Olericultura no âmbito da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi). As Câmaras Setoriais e Temáticas da Seapi constituem-se como fóruns oficiais de representação e proposição das cadeias produtivas do agro gaúcho, com competências voltadas à identificação de gargalos, proposição de políticas públicas, articulação interinstitucional e subsídio à formulação de planos e programas governamentais. Apesar da reconhecida relevância socioeconômica da olericultura no estado, o setor ainda não dispõe de uma câmara específica, o que evidencia uma lacuna institucional na governança da cadeia.

Embora a Seapi reconheça formalmente a existência de uma Câmara de Horticultura, esta, na prática, concentra-se predominantemente na cadeia da cebolicultura, não contemplando de forma adequada a diversidade produtiva, os sistemas de cultivo e os desafios específicos da olericultura em sentido amplo. Temas estratégicos como gargalos logísticos e horários de comercialização, fortalecimento das Centrais de Abastecimento, regulação e transparência de preços de hortaliças, uso de insumos, rastreabilidade e impactos climáticos não encontram, atualmente, um espaço formal e permanente de debate no âmbito estadual.

Nesse contexto, a atuação da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí — ainda que se trate de uma organização informal, sem personalidade jurídica ou reconhecimento legal como instância oficial do Estado — assume papel relevante ao evidenciar a capacidade dos arranjos territoriais de suprir, ainda que parcialmente, a ausência de estruturas institucionais formais. A experiência analisada demonstra que a informalidade não impede a construção de legitimidade política e técnica, sobretudo quando há representatividade social, capacidade de articulação interinstitucional e produção de agendas alinhadas às demandas concretas do território.

A trajetória da Câmara Regional reforça, assim, a necessidade de avançar no reconhecimento institucional da olericultura enquanto cadeia estratégica para o desenvolvimento rural, a segurança alimentar e a geração de renda no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, evidencia os limites dos arranjos territoriais informais, que, embora eficazes na articulação local e regional, encontram dificuldades para incidir de forma estruturada na formulação de políticas públicas estaduais, reforçando a importância da criação de uma Câmara Setorial Temática de Olericultura no âmbito da Seapi.

Um dos trabalhos de maior reconhecimento da Câmara foi a campanha “Produzindo Alimento Seguro”, estruturada em 2021 como estratégia de ATER digital durante a pandemia de SARS-CoV-2. A ação baseou-se no envio semanal de vídeos curtos por aplicativos de mensagens instantâneas e na publicação do conteúdo em plataformas digitais, abordando temas como Boas Práticas Agrícolas, tecnologias de aplicação, manejo integrado de pragas e doenças regionais e rastreabilidade. Ao adaptar o conteúdo técnico à rotina dos horticultores e ao contexto de distanciamento social, a campanha demonstrou a capacidade de inovação institucional e de resposta da Câmara frente a contextos críticos, ampliando o alcance das ações de orientação técnica (Xavier & Bernardi, 2022).

4.3 PERCEPÇÕES INSTITUCIONAIS E DESAFIOS DA COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

A consulta realizada com extensionistas que atuaram com ATER pública na cadeia da olericultura entre 2013 e 2023 complementa a análise documental ao oferecer uma leitura institucional sobre os efeitos da atuação da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí. A totalidade dos respondentes considerou importante a existência da Câmara, e 57% avaliaram que suas ações tiveram impacto significativo na realidade da olericultura regional. Além disso, 50% apontaram que a Câmara possibilitou o diálogo com elos da cadeia que seriam de difícil acesso sem sua mediação, como instituições de ensino, setor de insumos e poder público local, ampliando o alcance territorial das discussões (Bernardi & Xavier, 2025).

Os dados também indicam que o reconhecimento da Câmara é mais expressivo entre instituições diretamente vinculadas à agricultura familiar, como a EMATER/RS-Ascar, sindicatos, associações e cooperativas, enquanto instituições de ensino e o setor de insumos apresentam menor envolvimento. Esse resultado revela desafios persistentes para o aprofundamento da cooperação interinstitucional e aponta para a necessidade de estratégias específicas de aproximação com esses atores, especialmente no que se refere à corresponsabilização na implementação e difusão das ações construídas coletivamente.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa regional realizada pela Câmara em 2025 contribuem para aprofundar a análise dos limites da cooperação e do engajamento dos diferentes elos da cadeia produtiva. Entre os aspectos avaliados, destacou-se a campanha Produzindo Alimento Seguro, estruturada como estratégia de ATER digital durante a pandemia de SARS-CoV-2 e amplamente reconhecida como uma iniciativa inovadora no âmbito da Câmara.

Os dados revelaram, contudo, que 56% dos agricultores declararam não ter assistido a nenhum dos vídeos da campanha, enquanto apenas 39% afirmaram ter aproveitado total ou parcialmente os conteúdos disponibilizados. Esse achado é particularmente relevante, considerando que a campanha foi concebida especificamente para atender às demandas dos olericultores, com conteúdos técnicos contextualizados, linguagem acessível e utilização de ferramentas digitais amplamente difundidas no meio rural.

Esse resultado evidencia que, mesmo quando as ações são tecnicamente qualificadas, institucionalmente articuladas e alinhadas às demandas do setor produtivo, sua efetividade depende do engajamento ativo de todos os elos envolvidos nos processos de governança territorial. No caso analisado, a baixa adesão de parte significativa dos agricultores sugere fragilidades nos processos de mobilização, mediação local e integração entre estratégias digitais e metodologias presenciais de ATER, indicando que a comunicação institucional, por si só, não garante a apropriação das ações propostas.

Tal constatação reforça a compreensão de que a cooperação interinstitucional não se limita à construção conjunta de agendas e iniciativas, mas exige corresponsabilidade contínua na sua execução, difusão e acompanhamento. Quando determinados atores — sejam instituições, agentes de ATER ou lideranças locais — não se engajam plenamente, os resultados tendem a ser parciais, comprometendo o alcance das estratégias coletivas.

No que se refere às prioridades apontadas pelos extensionistas para a atuação no setor de hortaliças, destacam-se temas como manejo integrado de pragas e doenças, prevenção de danos por eventos climáticos extremos, agroecologia e produção orgânica, irrigação e fertirrigação e sistemas produtivos sustentáveis. Esses achados revelam preocupações simultaneamente produtivas, ambientais e climáticas, reforçando a complexidade crescente da olericultura e a importância de arranjos de governança capazes de articular respostas coletivas no território.

Em conjunto, os resultados analisados indicam que a experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí se estrutura como um arranjo interinstitucional de caráter territorial, sustentado pela cooperação entre diferentes atores e pelo capital social acumulado no território. Os avanços observados na cadeia produtiva de hortaliças manifestam-se menos em indicadores

produtivos imediatos e mais na qualificação dos processos de organização, planejamento e articulação institucional, corroborando a literatura que associa o desenvolvimento territorial à ação coletiva, à confiança e à coordenação entre atores locais (Abramovay, 2000; Veiga, 2002; Dallabrida, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí (RS) a partir dos processos de cooperação interinstitucional e de seus efeitos sobre as dinâmicas de articulação entre atores no território, bem como sobre os avanços observados na cadeia produtiva de hortaliças. Os resultados evidenciam que a Câmara se consolidou como um arranjo interinstitucional de caráter territorial, no qual a articulação entre agricultores familiares e diferentes instituições públicas e privadas possibilitou a construção de agendas coletivas, a redução de assimetrias de informação e a coordenação de ações orientadas às demandas do setor produtivo.

A análise empírica demonstrou que os avanços observados no setor de hortaliças no território não se expressam prioritariamente em indicadores produtivos imediatos, mas na qualificação dos processos de organização, planejamento e resposta institucional. A dinâmica de funcionamento da Câmara — baseada em escutas estruturadas junto aos olericultores e na realização de ações articuladas, como seminários regionais, pesquisas aplicadas, estudos temáticos, dias de campo e estratégias inovadoras de comunicação — reforça a centralidade da cooperação interinstitucional como elemento estruturante dos processos de articulação territorial construídos no âmbito da cadeia produtiva de hortaliças.

Do ponto de vista teórico, os achados corroboram as abordagens que associam o desenvolvimento territorial ao capital social, à ação coletiva e à valorização das instituições locais (Abramovay, 2000; Veiga, 2002; Dallabrida, 2015). A experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí confirma que a governança territorial se constrói como um processo relacional e dinâmico, que não depende exclusivamente de estruturas formais de governo, mas da capacidade dos atores locais de articular interesses, construir confiança e sustentar práticas cooperativas ao longo do tempo.

Um aspecto relevante evidenciado pelo estudo é a capacidade de permanência da Câmara mesmo diante de discontinuidades e reconfigurações no contexto das políticas públicas. Sua trajetória revela que a consolidação do espaço está associada ao acúmulo de capital social e à existência de redes institucionais previamente articuladas, que permitiram a continuidade da cooperação interinstitucional para além de ciclos específicos de políticas governamentais. Esse elemento confere

à experiência analisada um caráter de resiliência institucional, particularmente relevante em contextos de instabilidade das políticas voltadas ao desenvolvimento rural.

Nesse sentido, a experiência da Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí apresenta forte convergência com os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, retomada em 2024 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). Criada em 2013, em um contexto no qual a política territorial encontrava-se em vigor e os atores sociais e institucionais do território já estavam articulados em espaços coletivos de planejamento e debate, a Câmara pode ser compreendida como herdeira desse processo de articulação territorial. Embora não se configure formalmente como um Colegiado Territorial homologado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), opera segundo uma lógica territorial ao articular atores públicos e da sociedade civil, promover o planejamento coletivo e fortalecer a agricultura familiar como eixo estruturante do desenvolvimento regional.

Os resultados da pesquisa com extensionistas também indicam que o fortalecimento da ATER na cadeia da olericultura está associado não apenas à disponibilidade de recursos humanos e ao planejamento estratégico, mas à sua inserção ativa em espaços de governança como a Câmara Regional de Olericultura. A cooperação entre instituições é percebida não como concorrência, mas como estratégia de desenvolvimento compartilhado, baseada na complementaridade de saberes e na corresponsabilidade pela construção de soluções e pela qualificação das políticas públicas no território.

Como limites do estudo, destaca-se o recorte territorial específico e a natureza qualitativa da pesquisa, que não permite generalizações estatísticas. Ainda assim, a experiência analisada oferece subsídios relevantes para a compreensão de processos de articulação interinstitucional e ação coletiva no meio rural, dialogando com o debate sobre desenvolvimento territorial.

Conclui-se que a experiência analisada evidencia o potencial da cooperação interinstitucional e da ação coletiva como elementos estruturantes do desenvolvimento rural, especialmente em cadeias produtivas baseadas na agricultura familiar. Ao articular demandas locais, instituições e estratégias coletivas, a Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí reafirma a importância de arranjos territoriais capazes de transcender políticas conjunturais e de contribuir de forma duradoura para o fortalecimento dos territórios rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 379–397, abr./jun. 2000.

BERNARDI, L.; XAVIER, A. C. A Câmara Regional de Olericultura do Vale do Caí como estratégia de fortalecimento da ATER pública. In: XV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa do Setor Público do Brasil – CONFASER, 2025, Campina Grande. Anais... Campina Grande: ASBRAER, 2025. p. 50–55.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 9, n. 3, 2021.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, Lisboa, v. 50, n. 215, p. 304–328, 2015.

FILGUEIRA, F. A. R. Olericultura: teoria e prática. 3. ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2013.

NUNES, E. M.; FREITAS, C. C. G. Governança territorial e ação coletiva para o desenvolvimento rural do território Açu-Mossoró (RN). *Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial*, v. 6, edição especial, p. 49–65, 2020.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. *Raízes*, Campina Grande, v. 39, n. 2, p. 359–379, 2019.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 5, n. 3, p. 5–19, 2002.

XAVIER, A. C.; BERNARDI, L. E. Campanha “Produzindo Alimento Seguro”: rastreabilidade e boas práticas como estratégia de ATER em tempos de distanciamento social. In: XIV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa do Setor Público do Brasil – CONFASER, 2022, Campina Grande. Anais... Campina Grande: ASBRAER, 2022. p. 63–68.